

# Estudo Técnico Preliminar 10/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23076.097736/2024-68

## 2. Descrição da necessidade

O presente Estudo Técnico Preliminar trata da análise da viabilidade da contratação de empresa especializada na execução de obras para construção do Complexo Poliesportivo do Centro Acadêmico de Vitória (CAV) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A obra compreende uma área total de intervenção de 1903,71 m<sup>2</sup>, e a contratação planejada se dará com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos de proteção individual e coletiva, uniforme, utensílios e demais equipamentos necessários à execução contratual.

O Centro Acadêmico de Vitória (CAV) situa-se no município de Vitória de Santo Antão, no agreste de Pernambuco.

O Centro desempenha suas atividades desde agosto de 2006, possuindo, atualmente, seis cursos de graduação na modalidade presencial (Licenciatura em Ciências Biológicas, Bacharelado em Educação Física, Bacharelado em Nutrição, Licenciatura em Educação, Bacharelado em Saúde Coletiva e Bacharelado em Enfermagem) e dois cursos na modalidade EAD (Licenciatura em Biológicas e Licenciatura em Educação Física).

Além disso, o Centro também possui diversos programas de Pós-Graduação, Residências e Especialização (PROFBIO, PPGNAFPF, PRMIAS, PPGMCF, PROFSAUDE).

Conforme exposto pelo senhor José Antônio dos Santos, diretor do CAV, em manifestação escrita à Superintendência de Projetos e Obras (SPO) da UFPE, a quadra do CAV é utilizada por integrantes de todos os cursos, como ponto de apoio para eventos científicos e ações de extensão.

Contudo, a estrutura da edificação foi comprometida, tendo havido, inclusive, a sua demolição para posterior reconstrução.

Ademais, as piscinas atualizadas pelo centro atividades de ensino e extensão são alugadas, o que onera financeiramente o centro.

Por fim, outras atividades de ensino e extensão são realizadas em espaços cedidos por outras instituições, obrigando os alunos a realizarem deslocamentos que levam até uma hora e meia, o que prejudica a carga horária prática das disciplinas.

É necessário, assim, que seja construído um complexo poliesportivo para o Centro Acadêmico de Vitória, a fim de que sejam atingidos os seguintes objetivos:

(a) Ofertar ao Centro Acadêmico de Vitória espaço adequado às atividades práticas do Curso de Educação Física, sanando assim necessidades básicas não atendidas desde a sua implantação;

(b) Dotar o Centro de espaço adequado, dos pontos de vista da funcionalidade, acessibilidade e segurança, voltado à realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão na ciência da Educação Física e áreas correlatas.

2.1 Aplicam-se a esta contratação os seguintes instrumentos normativos e normas técnicas:

### **2.1.1 Leis, decretos e instruções normativas**

#### **Licitações e contratos administrativos**

Lei Federal nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

Instrução Normativa SEGES nº 58/2022 do Ministério da Economia (Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital);

Decreto federal nº 9.507/2018 (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União).

#### **Proteção ambiental**

Resolução CONAMA 307/2002 (Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil);

### **2.1.2 Normas técnicas**

#### **Acessibilidade**

NBR 9050/2020 (Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos).

NBR 16537 (Acessibilidade-Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação).

#### **Cabeamento Estruturado**

NBR 14565 (Procedimento básico para elaboração de projetos de cabeamento de telecomunicações para rede interna estruturada);

NBR 16415 (Caminhos e espaços para cabeamento estruturado);

#### **Cálculo estrutural concreto**

NBR 14931 (Execução de estruturas de concreto – Procedimento);

NBR 6118 (Projeto de estruturas de concreto - Procedimento);

NBR 6122 (Projeto e execução de fundações).

### **Cálculo estrutural metálica**

NBR 8800 (Projeto de estruturas de aço e estruturas mistas de aço e concreto de edifícios);

### **Canteiro de obras**

NR 1 (Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais);

NR 4 (Serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho);

NR 5 (Comissão interna de prevenção de acidentes e assédio - CIPA);

NR 6 (Equipamento de Proteção Individual – EPI);

NR 7 (Programa de controle médico de saúde ocupacional);

NR 8 (Edificações);

NR 9 (Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos);

NR 10 (Segurança em instalações e serviços em eletricidade);

NR 11 (Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais);

NR 12 (Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos);

NR 17 (Ergonomia);

NR 18 (Segurança e saúde no trabalho na indústria da construção);

NR 24 (Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho);

NR 26 (Sinalização de segurança);

NR 28 (Fiscalização e penalidades).

### **Climatização e exaustão**

NBR 16655 (Instalação de sistemas residenciais de ar-condicionado – *Split* e compacto)

### **Drenagem de Águas Pluviais**

NBR 10844 (Instalações Prediais de Águas Pluviais - Procedimento);

**Instalações Elétricas de baixa tensão**

5410 (Instalações elétricas de baixa tensão);

**Instalações Hidrossanitárias**

8160 (Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução);

5626 (Instalação predial de água fria);

**Instalações Mecânicas**

NBR 16858 (Elevadores – Requisitos de segurança para construção e instalação)

NBR 5665 (Cálculo de Tráfego nos Elevadores);

NM 207 (Elevadores Elétricos de Passageiros – Requisitos para construção e instalação)

NM 313 (Elevadores Elétricos de Passageiros – Requisitos para construção e instalação – Requisitos particulares para acessibilidade das pessoas, inclusive pessoas com deficiências);

NBR 14712 (Elevadores de carga, monta carga e elevadores maca – requisitos de segurança para construção e instalação);

NBR 9386 (Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida – Requisitos para segurança, dimensões e operação funcional).

**Instalações Piscina**

NBR 10339 (Piscina - projeto, execução e manutenção)

**Prevenção e Combate a Incêndios**

Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico para o Estado de Pernambuco e demais normas correlatas emitidas pelo Corpo de Bombeiros do Estado de Pernambuco;

NBR 10897 (Sistemas de proteção contra incêndio por chuveiros automáticos - requisitos);

NBR 10898 (Sistema de iluminação de emergência);

NBR 11742 (Porta corta-fogo para saída de emergência);

NBR 12693 (Sistema de proteção por extintores de incêndio);

NBR 9077 (Saídas de emergência em edifícios);

NBR 17240 (Sistemas de detecção e alarme de incêndio - projeto, instalação, comissionamento e manutenção de sistemas de detecção e alarme).

**Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA)**

NBR 16785 (Proteção contra descargas atmosféricas - Sistema de alerta de tempestades elétricas).

NBR 5419 (Proteção contra descargas atmosféricas).

### 2.1.3 Outras normas e atos normativos passíveis de aplicação

Plano Diretor Urbano do Município de Vitória de Santo Antão (Lei 9.271/2018);

Código de posturas urbanas do município de Vitória de Santo Antão.

Todas as normas técnicas aplicáveis à sonorização de ambientes.

Ressaltamos, contudo, que o rol de instrumentos normativos apresentados nessa relação é meramente exemplificativo, sendo de responsabilidade da contratada a observância de outras legislações e/ou normas técnicas aplicáveis à execução do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, sejam elas nacionais ou internacionais.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS	CARLOS HENRIQUE LOPES FALCÃO

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A empresa licitante deverá estar regularmente inscrita no respectivo conselho profissional (CREA), bem como o(s) profissional(is) designado(s) como responsável(eis) técnico(s);

4.2. Será de responsabilidade integral da contratada a observância e o cumprimento da legislação e demais instrumentos normativos vigentes a respeito de relações trabalhistas, acidentes no trabalho, tributos, previdência social, e todas as demais disposições normativas que venham a incidir na execução do contrato;

4.3. A execução do contrato não tem o condão de estabelecer qualquer vínculo empregatício entre os funcionários da contratada e administração, sendo proibida qualquer tipo de relação que caracterize qualquer forma de pessoalidade e/ou subordinação direta, tais como;

(i) Possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da contratada;

(ii) Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

- (iii) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
  - (iv) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
  - (v) Definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação /experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente;
  - (vi) Conceder aos trabalhadores da contratada direitos típicos de servidores públicos, tais como recesso, ponto facultativo, dentre outros;
- 4.4. Ao elaborar sua proposta, a licitante deverá atentar para a realidade do mercado local, devendo incluir todas as despesas necessárias, como materiais, impostos, taxas, fretes, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas relacionadas à execução da obra;
- 4.5. Será de responsabilidade da contratada o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e utensílios, nos quantitativos estimados para a perfeita execução do serviço;
- 4.6. A contratada deverá executar a obra de acordo com as determinações e especificações dos projetos arquitetônicos e demais projetos complementares, devendo observar as plantas, detalhes, especificações, e quaisquer outras informações disponibilizadas;
- 4.7. A contratada deverá observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução da obra;
- 4.8. A contratada deverá disponibilizar aos trabalhadores da obra todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários, de acordo com a NR 6;
- 4.9. Caso a contratada opte por fornecer alimentos aos funcionários no próprio canteiro de obras, será de sua inteira responsabilidade garantir as condições de salubridade e higiene exigidas pelos órgãos responsáveis;
- 4.10. A contratada deverá priorizar o emprego de mão de obra local, contribuindo, assim, com a geração de emprego e renda por meio do desenvolvimento sustentável;
- 4.11. As obrigações da Contratante e da Contratada serão, posteriormente, integralmente previstas no Projeto Básico da contratação.

## **5. Levantamento de Mercado**

No âmbito da administração pública federal é comum a contratação de empresas de engenharia para construção de novas edificações e reformas de edificações existentes, com o objetivo de dotar os órgãos públicos da infraestrutura adequada para o desempenho de suas funções.

Entretanto, é imprescindível que os gestores públicos, ao planejar a construção ou reforma de qualquer edificação verifiquem se essa é, de fato, a solução mais viável do ponto de vista do interesse público, bem como se há, na região, empresas com capacidade técnica e operacional para executar a obra no padrão desejado.

Diante do exposto no item 2 (Descrição da Necessidade) deste documento, a contratação de empresa de engenharia para execução da construção do Complexo Poliesportivo do Centro Acadêmico de Vitória (CAV) é uma medida imprescindível ao atendimento das necessidades identificadas pela equipe da Superintendência de Projetos e Obras (SPO).

Nesse sentido, a construção do complexo poliesportivo do CAV possuiria as seguintes vantagens:

(i) Unificação de estrutura voltada para a realização de atividades práticas de ensino, pesquisa e extensão em Educação Física e áreas correlatas em um único centro, favorecendo o compartilhamento de conhecimento e a troca de experiências entre alunos, professores, técnicos administrativos e a comunidade.

(ii) Eliminação das despesas com aluguel atualmente existentes.

(iii) Realização de atividades em edificações seguras, funcionais e acessíveis, construídas em perfeito atendimento às normas técnicas atualmente vigentes.

Ademais, a construção do Complexo Poliesportivo do Centro Acadêmico de Vitória (CAV) não é uma obra dotada de maiores complexidades, podendo ser facilmente executada pelas empresas e profissionais presentes na região.

A esse respeito, muito embora o Projeto Básico desta contratação possa, futuramente, impor requisitos de qualificação técnicas aos quais os licitantes deverão atender, tais exigências não serão um empecilho à ampla competitividade do certame.

Por fim, ressalte-se que todos os insumos utilizados e serviços a serem realizados foram orçados por meio de tabelas oficiais, como a SINAPI, e cotações com fornecedores atuantes no mercado local.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A solução desenvolvida na presente contratação trata-se da execução de obra, definida pelo artigo 6º, XII, da lei 14.133 /21 como “toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;”;

6.2. Trata-se, também, de obrigação de natureza não continuada ou contratada por escopo, definida pelo Art. 6º, XVII, da Lei 14133/21, do Ministério do Planejamento, como aquelas que “impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto”;

6.3. Além disso, o objeto da contratação desse Estudo Técnico Preliminar é perfeitamente passível de execução indireta, posto que não incide nas vedações previstas no artigo 3º do decreto nº 9.507/2018;

6.4. O regime de execução a ser adotado será o de empreitada por preço unitário;

6.5. No que se refere ao tempo de duração da obra, estima-se que será necessário o período de 360 dias;

6.6. Por fim, a contratação de empresa para execução dos serviços tratados neste Estudo Técnico Preliminar não exige dedicação exclusiva de mão de obra, uma vez que não se fará necessária a alocação contínua e permanente dos empregados nas dependências do órgão.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

### **7. Estimativa das Quantidades a serem contratadas**

7.1. Segundo o projeto executivo de arquitetura elaborado pela arquiteta Ana Tereza de Assis Santos (CAU A65566-0), as intervenções necessárias para a construção do Complexo Poliesportivo do CAV, tratam-se, principalmente, das seguintes:

#### **7.1.1. Pisos**

Piso industrial em concreto armado fck 20Mpa espessura 12cm inclusive polimento juntas serradas a cada 1.00m;

Revestimento de alta resistência moldado in loco, espessura 12mm, cor natural, junta plástica em PVC cor preto formato 17x3 mm, acabamento antiderrapante, tipo Duberton ou equivalente técnico, formando reticulado com eixos de acordo com paginação de piso do projeto executivo de arquitetura.;

Piso de Concreto FCK=30mpa, conforme projeto estrutural, acabamento com polimento mecânico;

Borda da piscina em Granito Natural, acabamento Jateado, tipo Branco Dallas, dimensões conforme projeto, espessura 2cm, nos locais demarcados;

Porcelanato não esmaltado (UGL), uso externo ref. EXT, dimensões 60x60cm, na cor cinza, com borda reta, tipo Minimum Cimento EXT, fabricante Eliane ou equivalente técnico. Rejunte em argamassa tipo cimentocola flexível tipo ACIII, para assentamento de porcelanato, resistente à água, na cor Cinza, fabricante Quartzolit ou equivalente técnico;

Soleira em Granito Natural Polido, tipo Cinza Andorinha, largura 15cm, espessura 2cm, nos locais demarcados;

Piso Tátil Alerta em placa pré moldada em Concreto colorido, cor Amarela, formato 25x25cm, espessura 3cm, fabricante Acinol ou equivalente técnico, rejunte em argamassa tipo cimentocola



flexível tipo ACIII, para assentamento de porcelanato, resistente a água, na cor cinza da Quartzolit ou equivalente técnico;

Impermeabilização de superfície com Argamassa Polimérica flexível reforçada com fibra. Aditivo cristalizante no concreto de execução da piscina;

Tratamento de ralo ou ponto emergente com Argamassa Polimérica / Membrana Acrílica reforçado com véu de Poliéster (MAV);

Revestimento em cerâmica esmaltada (GL), linha Lux Azul Verão BR, formato 5x10cm fabricante Elizabeth ou equivalente técnico, junta assentamento 4mm (ACIII ou superior) rejunte cimentício cor Cinza Platina, resinado, siliconado, antimoho, acabamento superfino fabricante Quartzolit ou equivalente técnico;

Revestimento em cerâmica esmaltada (GL), linha Lux Royal BR, formato 5x10cm, fabricante Elizabeth ou equivalente técnico, junta assentamento 4mm (ACIII ou superior) rejunte cimentício cor Cinza Platina, resinado, siliconado, antimoho, acabamento superfino, fabricante Quartzolit ou equivalente técnico;

Piso Fulget, em placas com dimensões 75x75cm, espessura 2cm, cor Branco. Paginação conforme projeto;

Pintura em Tinta Tipo Epóxi, nas cores Azul, Verde, Amarelo, Laranja e Branco, conforme projeto;

Piso em concreto simples.

#### 7.1.2. Paredes

Revestimento em Massa Corrida Base Acrílica e Pintura em Látex Acrílica Acabamento Fosco na Cor Branco Neve, fabricante Coral ou equivalente técnico;

Rodapé em Poliestireno, altura 10cm, espessura 1.5cm, Cor Branco, fabricante Santa Luzia ou equivalente técnico;

Revestimento em Pastilha Cerâmica Tipo A, formato 5x10cm, Cor Cristal Alumínio Linha Mate, fabricante Elizabeth ou equivalente técnico, junta Assentamento 2mm Rejunte Cimentício Cor Cinza Platina, Resinado, Siliconado, Antimoho, Acabamento Superfino Fabricante Quartzolit Ou Equivalente Técnico;

Porcelanato não esmaltado (UGL), uso externo ref. EXT, dimensões 60x60cm, na cor Cinza, com borda reta, tipo Minimum Cimento EXT, fabricante Eliane ou equivalente técnico. Rejunte em argamassa tipo Cimentocola flexível tipo ACIII, para assentamento de porcelanato, resistente à água, na cor Cinza, fabricante Quartzolit ou equivalente técnico;

Divisória em granito natural tipo Cinza Andorinha, polido nas duas faces, espessura 2cm, larguras e alturas segundo projeto, engastado na parede 2c m e no piso 3cm;

Revestimento em pastilha cerâmica com dimensões de 5x5cm, acabamento brilhante, na cor Cárdenas ref SG11141, fabricante Atlas ou equivalente técnico, aplicada com argamassa colante (ACIII) e rejunte flexível, esp. 2 mm, cor Branco, fabricante Quartzolit ou equivalente técnico;

Revestimento em pastilha cerâmica com dimensões de 5x5cm, acabamento brilhante, na cor Açores ref SG8010, fabricante Atlas ou equivalente técnico, aplicada com argamassa colante (ACIII) e rejunte flexível, esp. 2 mm, cor Branco, fabricante Quartzolit ou equivalente técnico;

Revestimento em pastilha cerâmica com dimensões de 5x5cm, acabamento brilhante, na cor Anguilla SG15399, fabricante Atlas ou equivalente técnico, aplicada com argamassa colante (ACIII) e rejunte flexível, esp. 2 mm, cor Branco, fabricante Quartzolit ou equivalente técnico;

Revestimento em cerâmica esmaltada (GL), linha Lux Azul Verão BR, formato 5x10cm fabricante Elizabeth ou equivalente técnico, junta assentamento 4mm (ACIII ou superior) rejunte cimentício cor Cinza Platina, resinado siliconado, antimoho, acabamento superfino fabricante Quartzolit ou equivalente técnico;

Revestimento em cerâmica esmaltada (GL), linha Lux Royal BR, formato 5x10cm, fabricante Elizabeth ou equivalente técnico, junta assentamento 4mm (ACIII ou superior) rejunte cimentício cor Cinza Platina, resinado, siliconado, antimoho, acabamento superfino, fabricante Quartzolit ou equivalente técnico;

Revestimento de alta resistência moldado in loco, espessura 12mm, cor natural, junta plástica em PVC cor preto formato 17x3 mm, acabamento antiderrapante, tipo Duberton ou equivalente técnico, formando reticulado com eixos de acordo com paginação de piso do projeto executivo de arquitetura.

#### 7.1.3. Tetos

Laje em Concreto com revestimento em Chapisco e Massa Única, aplicação de Pintura em Tinta Acrílica Antimoho, com acabamento fosco, na Cor Branco Gelo Ref.002 sobre Massa Corrida base Acrílica, Fabricante Coral ou Equivalente Técnico.;

Forro em Placa de Gesso, aplicar pintura em Tinta Acrílica Antimoho, com acabamento fosco, na cor Branco Gelo Ref.002, sobre Massa Corrida base Acrílica Fabricante Coral ou Equivalente Técnico;

Telha Metálica em Aço Galvalume, Tipo Trapezoidal, Ref. TP40, espessura 0.5mm, Inclinação 8%, Pré-Pintada, Ral 9003 Interno, Ral 7046 Externo, Fabricante Isoeste ou Equivalente Técnico;

#### 7.1.4. Outros

Chapim em concreto aparente fundido in loco, largura 23cm, 47.5cm e 65cm, espessura 5cm, com pingadeira, com aplicação de solução de silicone hidrorrepelente;

Algeroz em concreto armado fundido in loco largura 30cm espessura 5 cm com impermeabilização em manta a base de asfalto modificado com elastômero, espessura 3mm protegida com filme de alumínio fabricante Viapol ou equivalente técnico;

Impermeabilização com manta asfáltica espessura 4mm;

#### 7.1.5 Localização e quantificação dos serviços

Para identificação do local de realização de cada serviço e sua respectiva quantificação, deverão ser consultados os projetos executivos de arquitetura e a planilha orçamentária da obra. Deverão ser consultados, também, os projetos complementares de engenharia.

7.2 Estima-se que a área total de intervenção, extraída do projeto executivo de arquitetura, seja de 1903,71 m<sup>2</sup>, incluindo, principalmente, os seguintes ambientes:

Quadra poliesportiva, com área de aproximadamente 989,65 m<sup>2</sup>.

Arquibancada da quadra, com área de aproximadamente 42,37 m<sup>2</sup>.

Piscina, com área de aproximadamente 312,50 m<sup>2</sup>.

Arquibancada da piscina, com área de aproximadamente 31,26 m<sup>2</sup>.

Área adjacente à piscina, com área de aproximadamente 222,62 m<sup>2</sup>.

Halls de acesso, com área de aproximadamente 45,97 m<sup>2</sup>.

Vestiário masculino, com área de aproximadamente 19,92 m<sup>2</sup>.

Vestiário feminino, com área de aproximadamente 19,89 m<sup>2</sup>.

WC/Vestiário acessível 1, com área de aproximadamente 9,13 m<sup>2</sup>.

WC/Vestiário acessível 2, com área de aproximadamente 8,62 m<sup>2</sup>.

Enfermaria, com área de aproximadamente 14,41 m<sup>2</sup>.

Por fim, insta esclarecer que todas as intervenções a serem realizadas, bem como seus respectivos quantitativos, estarão integralmente previstos no projeto executivo de arquitetura e na planilha orçamentária anexados ao projeto básico da contratação.

#### 7.3. Projetos complementares de engenharia

O projeto executivo da construção do Complexo Poliesportivo do CAV possui os seguintes projetos complementares de engenharia:

Projeto Executivo de Cálculo Estrutural Concreto

Projeto Executivo de Cálculo Estrutural Metálica

Projeto Executivo de Instalação Hidrossanitária

Projeto Executivo de Drenagem

Projeto Executivo de Instalação Piscina

Projeto Executivo de Instalação Elétrica

Projeto Executivo de SPDA

Projeto Executivo de Cabeamento Estruturado

Projeto Executivo de Climatização e Exaustão

Projeto Executivo de Sonorização

Projeto Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio

## **8. Estimativa do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 9.063.194,05

Estima-se que para a contratação seja necessário, conforme orçamento elaborado pela Divisão de Orçamento da SPO, o montante de R\$ 9.063.194,05 (NOVE MILHÕES, SESSENTA E TRÊS MIL, CENTO E NOVENTA E QUATRO REAIS, E CINCO CENTAVOS).

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

Consoante a súmula 247 do Tribunal de Contas da União, o objeto de uma licitação deve ser dividido em tantos itens quanto forem possíveis, de modo a ampliar a competitividade do processo licitatório:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de prejuízo para o conjunto ou complexo propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Entretanto, se por um lado o parcelamento da contratação deve ser a regra nas licitações públicas, importante ressalva é feita para aqueles casos em que, pela natureza do objeto da contratação, sua divisão possa acarretar algum prejuízo técnico ao desenvolvimento das atividades ou até mesmo prejudicar o controle sobre a execução do objeto contratado.

Em tais situações, pode ocorrer, inclusive, uma maior dificuldade no estabelecimento do nexo de causalidade entre condutas e eventuais prejuízos causados, obstando, assim, a atribuição de responsabilidades. Nesse sentido, adverte o Tribunal de Contas da União:

É preciso ter cuidado para que, quando do parcelamento, não haja dificuldade futura para atribuição de responsabilidade por eventuais defeitos de construção. Por exemplo, no caso específico de uma edificação, se surgem trincas nas paredes do último andar, o executor da alvenaria pode querer responsabilizar quem ergueu a superestrutura que, por sua vez, pretende responsabilizar o executor das fundações que, por seu turno, alega que a causa do problema foi a execução inadequada da proteção térmica da cobertura.

(Brasil. Tribunal de Contas da União. Obras públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras públicas / Tribunal de Contas da União. – 2. ed. Brasília: TCU, SECOB, 2009)

De tal forma, diante da natureza do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, qual seja, execução de obra de engenharia, é razoável que a eventual contratação a ser realizada não seja parcelada, diante da maior necessidade de desenvolvimento integrado do conjunto de atividades, devendo o objeto da licitação ser adjudicado a uma única empresa, de modo a permitir que o gerenciamento da execução da obra e o do contrato administrativo se desenvolvam de forma mais efetiva.

Dito isto, ainda é importante ressaltar que a concentração da solução não tem o condão de inibir a competitividade do eventual procedimento licitatório a ser instaurado, tendo em vista que há, no mercado local, uma diversidade de empresas aptas a executar, na íntegra, o objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não se vislumbra, até o presente momento, outras contratações correlatas ao objeto do presente Estudo Técnico Preliminar.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

De acordo com o Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013-2027, a UFPE possui como missão “promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundial, segundo sólidos princípios éticos, socioambientais e culturais” e possui, como visão, “Ser uma universidade de classe mundial, comprometida com a transformação e desenvolvimento da humanidade”. Nessa perspectiva, a fim de atender tal mister, possui como objetivo estratégico “ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da universidade”. Dentro deste objetivo, possui como ação estratégica “restaurar, reformar, ampliar, atualizar e construir laboratórios, salas de aula, com estrutura para teleconferência - e administrativa, em todos os campi”.

O item demandado consta da listagem do Plano de Contratações Anual da UFPE – PCA 2025, no item 367/2025.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Espera-se que, após a conclusão da obra, o Complexo Poliesportivo do Centro Acadêmico de Vitória (CAV) seja devolvido à comunidade acadêmica em condições técnicas, estéticas e funcionais adequadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão que lá serão realizadas.

## **13. Providências a serem Adotadas**

No que se refere à adequação do ambiente do órgão, temos que:

A Universidade Federal de Pernambuco dispõe de servidores qualificados para o gerenciamento do contrato, bem como para realizar as ações de fiscalização da execução da obra, não sendo necessárias maiores intervenções nesse sentido.

Por outro lado, será necessária a elaboração de estudos, por parte dos dirigentes do Centro Acadêmico de Vitória (CAV) no sentido de avaliar o impacto da execução das obras nas atividades rotineiras desenvolvidas na edificação. Nesse sentido, tal avaliação deverá prever o remanejamento das atividades que seriam realizadas na quadra para outros locais, de modo a não impactar negativamente no cronograma de execução da obra.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

A construção do Complexo Poliesportivo do Centro Acadêmico de Vitória (CAV) produzirá resíduos sólidos, sendo tal fato comum em obras de engenharia realizadas em nossa região. Entretanto, é imperativo que estes resíduos sejam armazenados e descartados adequadamente, a fim de evitar a proliferação de animais como ratos e baratas, contaminação do solo e águas superficiais e alteração da paisagem, dentre outros impactos ambientais. Para tanto, recomenda-se as seguintes medidas:

A. Observar as determinações da Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

B. Observar o manual Resíduos da Construção Civil elaborado pela Diretoria de Gestão Ambiental da Universidade Federal de Pernambuco.

C. Destinar adequadamente os resíduos produzidos, conforme previsto na Instrução Normativa Nº 007/CGM/2021 e demais legislações aplicáveis emitidas pelo Município de Vitória de Santo Antão-PE, apresentando à fiscalização do contrato a comprovação dos serviços realizados.

D. Racionalizar o processo construtivo, por meio soluções construtivas adequadas pautadas na redução da produção de resíduos, devendo, para tal, observar as técnicas construtivas e materiais empregados no projeto arquitetônico, nos projetos complementares e nos memoriais descritivos.

A contratada deverá, também, executar a atividade buscando sempre mitigar os impactos ambientais decorrentes da construção, devendo, para isso, dentre outras ações:

A. Utilizar peças metálicas, reutilizáveis e recicláveis, sempre que necessário o escoramento de formas de estrutura em concreto.

B. Utilizar madeira ambientalmente certificada, sempre que o uso de tal material for necessário em elementos como suporte da cobertura, esquadrias, portas, dentre outros.

C. Destinar adequadamente os efluentes produzidos durante a construção da obra, na forma e nos quantitativos especificados no orçamento anexo, devendo apresentar à fiscalização da execução da obra a comprovação do serviço realizado.

D. Adotar práticas sustentáveis, como as previstas no art. 4º do Decreto 7.746, especialmente:

(i) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

(ii) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como, água e energia.

(iii) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação

#### 15.1 Justificativa da viabilidade

Diante de todo o exposto no presente documento, após a análise da equipe de Estudo Técnico Preliminar, chegou-se à conclusão que a contratação é viável e necessária, nos termos aqui propostos.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Responsável designada por meio da portaria de designação coletiva número 48 de 09 de maio de 2024, da Diretoria de Licitações e Contratos da UFPE.

**MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA**

Membra da Equipe de Planejamento de Contratação

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva número 48 de 09 de maio de 2024, da Diretoria de Licitações e Contratos da UFPE.

**NICOLAU FIRMO BARBOSA SPINELLI**

Membro da Equipe de Planejamento de Contratação

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva número 48 de 09 de maio de 2024, da Diretoria de Licitações e Contratos da UFPE.

**GERALDO CABRAL DE CARVALHO FILHO**

Membro da Equipe de Planejamento de Contratação





Emitido em 19/03/2025

**ESTUDO TECNICO PRELIMINAR Nº 6/2025 - DPP (11.02.04)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 19/03/2025 15:37 )*  
GERALDO CABRAL DE CARVALHO FILHO  
CHEFE  
DE SPO (11.02.06)  
Matrícula: ###601#3

*(Assinado digitalmente em 19/03/2025 15:29 )*  
MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA  
DIRETOR  
DPP (11.02.04)  
Matrícula: ###330#6

*(Assinado digitalmente em 19/03/2025 15:25 )*  
NICOLAU FIRMO BARBOSA SPINELLI  
ARQUITETO E URBANISTA  
CA SPO (11.02.05)  
Matrícula: ###074#8

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **6**, ano: **2025**, tipo:  
**ESTUDO TECNICO PRELIMINAR**, data de emissão: **19/03/2025** e o código de verificação: **f73741221d**